ATO DO DEFENSOR PÚBLICO-GERAL N. 548/2019
 O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso de atribuição estabelecida no artigo 9º, I, da Lei Complementar Estadual n. 65, de 16 de janeiro de 2003, designa os Defensores Públicos ANTONIO CARLOS MONI DE OLIVEIRA, MADEP n. 0864-D/MG e FABIO GANDARA BETTONI, MADEP n. 0878-D/MG para atuarem, voluntariamente e sem ônus para a Administração, na pauta concentrada das audiências realizadas no CEJUSC/TJMG em parceria com a COHAB MINAS, na Comarca de Araxá/MG, com efeito retroativo aos dias 22 a 24 de outubro de 2019.

Belo Horizonte, 22 de outubro de 2019.
 Gério Patrocínio Soares
 Defensor Público-Geral

22 1285661 - 1

ATO N. 550/2019

O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições previstas no art. 9º, XXXVIII, da Lei Complementar n. 65, de 2003, considerando o convite feito pela Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte para ministrar palestra com o tema "A atuação prática da Defensoria Pública no sumário e plenário do Juri" que será realizado no dia 22 de novembro de 2019; considerando que a matéria tratada é de grande interesse Institucional, AUTORIZA o afastamento do Defensor Público MARCO TULIO FRUTUOSO XAVIER, Madep. 733-D, do respectivo órgão de execução, sem prejuízo de suas atribuições, para participar do referido evento, no dia 22/11/2019, na cidade de Natal/RN, sujeito a comprovação e mediante prévio entendimento com a respectiva coordenação, de forma a assegurar a continuidade e a eficiência do serviço.

Belo Horizonte, 22 de outubro 2019.
 Gério Patrocínio Soares
 Defensor Público-Geral

22 1285667 - 1

Polícia Militar do Estado de Minas Gerais

Comandante-Geral : Cel PM Giovane Gomes da Silva

Expediente

ATO ASSINADO PELO EXCELENTÍSSIMO SENHOR CORONEL PM COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS:
 Promovendo e Transferindo (cumprimento à decisão judicial), O Coronel PM Comandante-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 6º, inciso VII, do Regulamento aprovado pelo Decreto Estadual nº 18.445, de 15 de abril de 1.977 (R-100), e nos termos do art. 207 da Lei Estadual nº 5.301, de 16 de outubro de 1969, que contém o Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais (EMEMG) c/c art. 2º, inciso VI, do Decreto Estadual nº 46.298, de 19 de agosto de 2013 (RPP) e art. 1º, inciso III, do Decreto Estadual n. 36.885, de 23 de maio de 1995, e: 1 Considerando que: 1.1 o n. 071.538-3, 3º SGT PM QPR BRUNO JULIÃO, do COPOM, frequentou e concluiu com aproveitamento o Curso Especial de Formação de Sargentos (CEFS PM II/2007) iniciado em 28 de maio de 2007, com formatura ocorrida em 29 de setembro de 2007, não sendo promovido, à época, por estar enquadrado na restrição promocional contida no art. 209 c/c art. 203, inciso IX, alínea "d" do EMEMG, conforme publicado no BGPM n.074 de 04 de outubro de 2007; 1.2 o militar fora transferido para o Quadro de Praças da Reserva Remunerada em 20/11/2012, com direito à promoção trintenária à graduação de 3º Sargento PM, conforme publicações inseridas no Diário Oficial Minas Gerais n. 158, de 27/08/2013, BGPM n. 64, de 27/08/2013 e Separata do BGPM n. 66, de 03/09/2013; 1.3 a Advacacia-Geral do Estado de Minas Gerais (AGE/MG), por meio do Ofício AGE/AREJF n. 4514/2019, SEI n. 1080.01.0049966/2019-31, intimou a PMMG acerca do provimento judicial favorável e definitivo obtido pelo militar nos autos da Ação Ordinária n. 0145.14.066.501-2/ Apelação Cível. Reexame Necessário n. 1.0145.14.066501-2/001, no qual a 1ª Câmara Cível do eg. Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (TJMG) prolatou acórdão, transitado em julgado em 21/02/2019, determinando ao Estado de Minas Gerais promovê-lo à graduação de 3º Sargento PM, com retroação a 28/09/2007, e à graduação de 2º Sargento PM com retroação à 20/11/2012, data de sua transferência para a reserva remunerada; 1.4 o militar já percebe proventos de inatividade correspondentes à graduação de 3º Sargento PM com o 6º (sexto) quinquênio e o adicional trintenário desde 20/11/2012, data de sua transferência para a reserva remunerada.2. Resolve: 2.1 tornar sem efeito o título de promoção e transferência para a reserva remunerada publicado no Diário Oficial Minas Gerais n. 158, de 27/08/2013; 2.2 promover, por tempo de serviço, à graduação de 3º Sargento PM, com retroação a 28/09/2007, em cumprimento à decisão judicial especificada no subitem 1.3 do presente ato, o n. 071.538-3, Cb OPPM BRUNO JULIÃO, do COPOM; 2.3 promovê-lo à graduação de 2º Sargento PM, com retroação a 20/11/2012, em cumprimento à decisão judicial especificada no subitem 1.3 do presente ato, transferindo-o, voluntariamente, para o Quadro de Praças da Reserva Remunerada a partir de 20/11/2012, data de seu afastamento, em conformidade com o art. 136, §1º c/c os arts. 104, 108, 159, §2º, inciso II, 162 e 220, todos do EMEMG; art. 31, §4º, art. 39, §11 da Constituição do Estado de Minas Gerais de 1989 (CEMG/1989) e arts. 112, 117 e 122 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da CEMG/1989; 2.4 determinar ao Diretor de Recursos Humanos a adoção da seguinte medida: 2.4.1 providenciar o lançamento, no Sistema Informatizado de Recursos Humanos (SIRH), da promoção por tempo de serviço do militar; 2.5 determinar ao Chefe do Centro de Administração de Pessoal a adoção das seguintes medidas: 2.5.1 providenciar a publicação deste ato no Diário Oficial Minas Gerais e no Boletim Geral da Polícia Militar; 2.5.2 providenciar o lançamento, no SIRH, da promoção trintenária do militar e daquilo que dela for decorrente; 2.5.3 juntar o presente ato ao processo de transferência para a reserva remunerada do militar; 2.5.4 identificar a AGE/MG acerca do cumprimento à decisão judicial.

22 1285257 - 1

EXTRATO DE SOLUÇÃO DE PORTARIA PMMG/10º RPM - EXTRATO DE SOLUÇÃO PSC 106.530/2019-EM/10º RPM. O Tenente Coronel PM Chefe do EM-10º RPM, no uso de suas atribuições legais previstas no art.16, inciso III da Res. nr 4289/2014-CG c/c art. 171 e ss. da Lei Estadual n. 7109/77, art. 46 e ss. da Lei Estadual 14.184/02 c/c artigos 219 e 252 da Lei Estadual 869/52, artigo 551 do MAPP/A c/c parte 2, cap. 3, do Manual Prático de Prevenção e Apuração de Ilícitos Administrativos do Estado de Minas Gerais e cap. VI do Manual de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar da Autoria Geral do Estado de Minas Gerais e, tendo em vista o que consta do Processo de Servidor Civil n. 106.530/2019, com extrato publicado no Diário Oficial de 27/04/2019, considerando o relatório final da Comissão Processante e o julgamento proferido, aplica a pena disciplinar de SUSPENSÃO DE 12 DIAS, à servidora S.S.O, nº 126.690-7, PEB1B-24, lotada no CTPM/Patos de Minas, pelo descumprimento do previsto no inciso VI e VII, do art. 216 da Lei 869/1952 c/c artigo 10 da Instrução 01/2019-DEEAS. Patos de Minas - MG, 22 de outubro de 2019.

22 1285416 - 1

ATO ASSINADO PELO SENHOR CORONEL PM COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR -no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo artigo 1º, inciso III e VII do Decreto Estadual n. 36. 885, de 23/05/1995, e Promovendo e Transferindo Voluntariamente - de conformidade com o art. 136, §§ 13 e 14, c/c art. 159, § 2º, II, todos da Lei Estadual n. 5.301, de 16/10/196, o Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais (EMEMG), com as alterações da Lei Complementar Estadual n. 109, de 23/12/2009; §§ 10 e 11 Constituição do Estado de Minas Gerais de 1989, alteradas pela Emenda à Constituição do Estado de Minas Gerais n. 57/2003, promove

e transfere voluntariamente para o Quadro de Praças da Reserva Remunerada com os proventos integrais de sua graduação a seguinte militar: A Graduação de 3º Sargento -N. 120.411-4 , CB OPPM CRISTIANE DA SILVA DIAS BRITO , do 9º BPM , a partir de 14/05/2019 , e sua transferência a partir de 15/05/2019. Ob.: Fica retificado a publicação do Diário Oficial Minas Gerais n. 200, de 15/10/2019, por conter erro na transcrição de matéria.

22 1285281 - 1

Instituto de Previdência dos Servidores Militares - IPSM

Cel PM QOR Vinícius Rodrigues de Oliveira

PORTARIA DG Nº 829/2019

Instaurar sindicância para apurar o motivo da apresentação das contas após o fim da vigência contratual por credenciado do SISAU PMMGx-CBMMG/IPSIM. O Diretor-Geral do IPSIM, no uso das atribuições legais, considerando a solicitação da 13ª Coordenadoria Administrativa do IPSM para processamento de contas que ficaram pendentes após o fim da vigência contratual do credenciado Hospital Metropolitan Ltda, inscrito no CNPJ de nº 15.690.919/0001-21 resolve: Art. 1º - Determinar a instauração de Sindicância investigativa para apurar o número de contas e os motivos da apresentação dessas contas para faturamento após a finalização do contrato de prestação de serviços nº 814 ocorrida em 23/10/2017, do prestador Hospital Metropolitan Ltda, inscrito no CNPJ de nº 15.690.919/0001-21. Art. 2º - Designar o Coordenador administrativo Humberto Berzoini Neto, Ten QOR, Matrícula nº 090626-3, na condição de Sindicante. Art. 3º - O prazo para concluir a apuração dos fatos é de 30 (trinta) dias, prorrogáveis por igual período contados a partir da data de vigência da referida portaria. Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Belo Horizonte, 17 de outubro de 2019
 (a) Vinícius Rodrigues de Oliveira Santos,
 Cel PM QOR Diretor-Geral.

22 1285694 - 1

Polícia Civil do Estado de Minas Gerais

Chefe da Polícia Civil: Wagner Pinto de Souza

Expediente

SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS
 DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PAGAMENTO DE PESSOAL

Processo Administrativo nº 033/2018

O Diretor de Administração e Pagamento de Pessoal confirma a pretensão estatal. Desta forma fica o servidor M.V.S., MASP 343.869-4 notificado a restituir ao erário as verbas apuradas no presente processo administrativo.

Belo Horizonte, 22 de outubro de 2019.

Marcelo Augusto Couto
 Delegado Geral de Polícia
 Diretor de Administração e Pagamento de Pessoal

Processo Administrativo nº 027/2019

O Diretor de Administração e Pagamento de Pessoal confirma a pretensão estatal. Deste modo, deve o servidor S.C.C.F., MASP 945.874-6 restituir ao erário as verbas apuradas no presente processo administrativo.

Belo Horizonte, 22 de outubro de 2019.

Marcelo Augusto Couto
 Delegado Geral de Polícia
 Diretor de Administração e Pagamento de Pessoal

22 1285690 - 1

ACADEMIA DE POLÍCIA CIVIL

RETIFICAÇÃO DA PORTARIA Nº 215/

DPP/ACADEPOL/PCMG/2019

Publicada no Diário Oficial/MG de 08/10/2019

A Diretora da Academia de Polícia Civil de Minas Gerais no uso de suas atribuições legais, em observância ao que preceitavam o art. 140, § 1º da Constituição Estadual de Minas Gerais, o art. 36, da Lei Complementar nº 129 de 08/11/2013 - LOPC e demais legislações vigentes, retifica a Portaria nº 215/DPP/ACADEPOL/PCMG/2019, a qual designa os membro da Equipe Didático-Pedagógica do II Curso de Capacitação da Guarda Civil do Município de Sabará/MG, Projeto nº 48/2019, saber:

Onde se lê:

Instrutor Técnico	Elton Basílio de Souza	1.126.936-0
-------------------	------------------------	-------------

Leia-se:

Professor/Instrutor	Elton Basílio de Souza	1.126.937-0
---------------------	------------------------	-------------

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Academia de Polícia Civil de Minas Gerais, em

Belo Horizonte, aos 14 de outubro de 2019.

Cinara Maria Moreira Liberal

Delegada-Geral de Polícia

Diretora da Academia de Polícia Civil

22 1285692 - 1

CORREGEDORIA-GERAL DE POLÍCIA CIVIL

PORTARIA N.º 203/CGPC/2019

O Corregedor-Geral de Polícia Civil, no uso de suas atribuições legais, no exercício de suas funções, e Considerando que a Sindicância investigatória nº 249.043/CGPC/2019, notícia que o servidor A.S.R., Investigador de Polícia, Nivel III, MASP 386.296-8 praticou, em tese, as transgressões disciplinares de natureza grave, previstas no art. 144, inciso III c/c art. 149; art. 152, parágrafo 2º, incisos I, II, III e IV; art. 158, inciso II c/c art. 159, inciso IX, todos da Lei Estadual nº 5.406/1969; que enseja aplicação da pena de demissão; Considerando o disposto nos arts. 166, 168 e 178 da citada Lei; Resolve:

1 – Nos termos do art. 3º da Resolução nº 6742/2004, e suas alterações; c/c o inciso III do art. 33, da Lei Complementar nº129/13; art. 166 e art. 168, todos da Lei Estadual nº 5.406/69; determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar em desfavor do aludido servidor; II – Designar a Segunda Comissão Processante Permanente para a realização do Processo Administrativo Disciplinar, composta pelo Dr. Fábio Silva Tasca, Delegado Geral de Polícia, MASP 386.038-4 (Presidente); Alexandre Torres Pimenta, Investigador de Polícia, Nivel Especial, MASP 1.152.024-4 (Membro), e Edson Moreira, Escrivão de Polícia, Nivel III, MASP 458.141-9 (Secretário); todos servidores estáveis e em exercício nesta Corregedoria.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Belo Horizonte, 16 de outubro de 2019.

Luiz Carlos Ferreira

Delegado Geral de Polícia

Corregedor-Geral de Polícia Civil

PORTARIA N.º 205/CGPC/2019

O Corregedor-Geral de Polícia Civil, no uso de suas atribuições legais, no exercício de suas funções, e Considerando que a Sindicância Administrativa nº 248.995/CGPC/2018 notícia que a servidora N.M.O., Escrivã de Polícia, Nivel Especial, MASP 340.922-4, praticou, em tese, as transgressões disciplinares de natureza grave, previstas no art. 144, incisos III e VI c/c art. 149; art. 150, incisos XXV e XXXIV; art. 152, parágrafo 2º, incisos I, II, III e IV; art. 158, inciso II; art. 159, incisos II, VII e IX c/c art. 160, inciso I, todos da Lei Estadual nº 5.406/1969; que ensejam aplicação da pena de cassação de aposentadoria; Considerando o disposto nos artigos 166, 168 e 178 da citada Lei; Resolve: 1 – Nos termos do art. 2º da Resolução nº 7.566/2013, e suas alterações; c/c o inciso III do art. 33, da Lei Complementar nº 129/13; art. 166 e art. 168, todos da Lei Estadual nº 5.406/69; determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar em desfavor da aludida servidora; II – Designar a Terceira Comissão Processante Permanente para a realização do Processo Administrativo Disciplinar, composta pelo Dr. Daniel de Andrade Ribeiro Teixeira, Delegado de Polícia, Nivel Especial, MASP 1.237.909-5 (Presidente); Marcos César Pires, Investigador de Polícia, Nivel Especial, MASP 341.710-2 (Membro), e Helbert Castanheira Vieira, Escrivão de Polícia, Nivel Especial, MASP 458.044-5 (Secretário); todos servidores estáveis e em exercício nesta Corregedoria.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Belo Horizonte, 17 de outubro de 2019.

Luiz Carlos Ferreira

Delegado Geral de Polícia

Corregedor-Geral de Polícia Civil

Processo Administrativo n.º: 240.042/2018.

Acusado: Luiz de Alencar Santos Junior, Investigador de Polícia, Nivel I, MASP 1.256.427-4. Transgressões Disciplinares: Art. 144, inciso III c/c art. 149; art. 150, incisos XXIII, XXXII e XXXIII; art. 158, inciso II; art. 159, inciso I, todos da Lei Estadual nº 5.406/69. A Subcorregedora-Geral de Polícia Civil, Dra. Ana Paula da Silva y Fernandes, no impedimento do Corregedor-Geral de Polícia Civil acolheu o parecer do Presidente da Comissão Processante e determinou o arquivamento dos autos, haja vista a perda do interesse processual em face da demissão do acusado em outro processo, ressalvando o eventual surgimento de fato novo que justifique a retomada da instrução.

Belo Horizonte, 08 de outubro de 2019.

Ana Paula da Silva y Fernandez

Delegada Geral de Polícia

Subcorregedora-Geral de Polícia Civil

Processo Administrativo n.º: 238.858/2018.

Acusado: Luiz de Alencar Santos Junior, Investigador de Polícia, Nivel I, MASP 1.256.427-4. Transgressões Disciplinares: Art. 144, inciso III c/c art. 149; art. 150, inciso XXIII; art. 158, inciso II; art. 159, incisos IX, todos da Lei Estadual nº 5.406/69. A Subcorregedora-Geral de Polícia Civil, Dra. Ana Paula da Silva y Fernandes, no impedimento do Corregedor-Geral de Polícia Civil acolheu o parecer do Presidente da Comissão Processante e determinou o arquivamento dos autos, haja vista a perda do interesse processual em

face da demissão do acusado em outro processo, ressalvando o eventual surgimento de fato novo que justifique a retomada da instrução.

Belo Horizonte, 08 de outubro de 2019.

Ana Paula da Silva y Fernandez

Delegada Geral de Polícia

Subcorregedora-Geral de Polícia Civil

Processo Administrativo n.º: 110.009/2012.

Acusado: Ronaldo Ferrari, Delegado Geral de Polícia, MASP 341.200-4. Transgressões Disciplinares: Art. 143 c/c art. 144, inciso III; art. 149; art. 150, incisos XXIII e XXX; art. 158, inciso II c/c art. 159, incisos II, VII e IX, todos da Lei Estadual nº 5.406/69.

A Subcorregedora de Polícia Civil, Dra. Carla Regina Barbosa, no impedimento do Corregedor-Geral de Polícia Civil e da Subcorregedora-Geral de Polícia Civil, tendo em vista a conclusão do Processo Administrativo em epígrafe, acolheu a proposição da Comissão Processante e absolveu o acusado das imputações que lhe foram atribuídas, por insuficiência de provas e aplicação do adágio "in dubio pro reo", determinando o arquivamento dos autos.

Belo Horizonte, 03 de outubro de 2019.

Carla Regina Barbosa

Delegada Geral de Polícia

Subcorregedora de Polícia Civil

22 1285689 - 1

Secretaria de Estado de Cultura e Turismo

Secretário: Marcelo Landi Matte

Fundação TV MINAS - Cultural e Educativa

Presidente: Eustáquio Ferreira Neto

GERÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

ATO DA GERENTE

Competência delegada pela Portaria Nº18 de 2017, publicada em 25 de novembro de 2017.

REGISTRA AFATAMENTO POR MOTIVO DE CASAMENTO, nos termos da alínea "a" do art. 201 da Lei nº 869, de 5/7/1952, por oito dias, à servidora CAROLINE CRISTINA DOS SANTOS, MASP 1.368.260-4, a partir de 02/10/2019.

Belo Horizonte, 22 de outubro de 2019.

Amanda Rodrigues Guimarães

Gerente de Recursos Humanos e Desenvolvimento de Pessoas

22 1285319 - 1

Secretaria de Estado de Fazenda

Secretário: Gustavo de Oliveira Barbosa

Expediente

RESOLUÇÃO SEF Nº 5307 DE 21 DE OUTUBRO DE 2019

Estabelece a forma de apuração do estoque e do saldo tributável de produtos ou subprodutos florestais, em decorrência da revogação de regime especial concedido nos termos do § 1º do art. 3º do Decreto nº 36.110, de 4 de outubro de 1994, e o prazo de recolhimento da Taxa Florestal relativa ao saldo tributável.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE FAZENDA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III do § 1º do art. 93 da Constituição Estadual e tendo em vista o disposto no inciso II do § 1º do art. 35 e no art. 36, ambos do Regulamento da Taxa Florestal, estabelecido pelo Decreto nº 47.580, de 28 de dezembro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º – Esta resolução estabelece a forma de apuração do estoque e do saldo tributável de produtos ou subprodutos florestais, em decorrência da revogação de regime especial concedido nos termos do § 1º do art. 3º do Decreto nº 36.110, de 4 de outubro de 1994, e o prazo de recolhimento da Taxa Florestal relativa ao saldo tributável.

Art. 2º – Para os efeitos desta resolução:

I – produtos e subprodutos florestais são os assim especificados, nos termos do parágrafo único do art. 2º do Decreto nº 47.580, de 28 de dezembro de 2018;

II – Declaração de Colheita e Comercialização – DCC – é o documento que deve ser preenchido e protocolizado pelos contribuintes de que trata o art. 7º do Decreto nº 47.580, de 2018, nas unidades de atendimento do Instituto Estadual de Florestas – IEF –, para colheita ou comercialização de produto ou subproduto originado de floresta plantada com espécies exóticas e destinado à produção de carvão vegetal;

III – Requerimento de Colheita e Comercialização – RCC – é o documento que deve ser preenchido e protocolizado pelos contribuintes de que trata o art. 7º do Decreto nº 47.580, de 2018, nas unidades de atendimento do IEF, para colheita ou comercialização de produto ou subproduto originado de floresta plantada com espécies exóticas;

IV – saldo tributável de DCC ou RCC é o saldo de produto ou subproduto florestal não entregue ao estabelecimento destinatário até 10 de dezembro de 2019, relativo a DCC homologada ou a RCC deferido;

V – estoque é o quantitativo, em metros cúbicos, de produto ou subproduto florestal, especificado conforme Tabela para Lançamento e Cobrança da Taxa Florestal, constante do Anexo II do Decreto nº 47.580, de 2018, recebido pelo estabelecimento destinatário e não utilizado como matéria prima ou insumo energético até 10 de dezembro de 2019.

Art. 3º – O beneficiário de regime especial cuja revogação ocorra nos termos do art. 35 do Decreto nº 47.580, de 2018, deverá, observado o disposto no art. 4º:

I – inventariar o estoque de produto ou subproduto florestal existente no estabelecimento até 10 de dezembro de 2019;

II – informar o endereço do local de armazenamento e a área de estocagem, inclusive a de depósito fechado ou armazém, do estoque inventariado nos termos do inciso I;

III – relacionar todas as DCC homologadas e os RCC deferidos pelo IEF ao seu fornecedor, relativos ao período de 10 de dezembro de 2017 a 10 de dezembro de 2019;

IV – informar o saldo tributável de DCC ou RCC em poder de seu fornecedor, se for o caso.

Art. 4º – O estoque de produto ou subproduto florestal deverá ser apurado por meio da "Declaração de Estoque dos Produtos e Subprodutos Florestais", conforme modelo de planilha constante do Anexo Único e disponível na internet, no endereço eletrônico http://www.fazenda.mg.gov.br/empresas/legislacao_tributaria/taxas/taxa_florestal.htm, a ser preenchida da seguinte forma:

I – no campo 1: identificação do beneficiário do regime especial revogado com a indicação de sua razão social, inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ –, inscrição estadual e endereço completo;

II – no campo 2: indicação do número do processo administrativo tributário – PTA – alcançado pela revogação e a data de sua concessão;

III – no campo 3: informação do estoque apurado com a discriminação do produto ou subproduto florestal e a quantidade em metros cúbicos;

IV – no campo 4: informação da data de apuração do estoque declarado;

V – no campo 5: indicação do endereço de armazenamento do estoque e da área de utilização respectiva;

VI – no campo 6: informação sobre as DCC com a discriminação individualizada do produto ou subproduto florestal e a indicação da inscrição do fornecedor no CNPJ ou no CPF, do número da DCC respectiva, da data de sua homologação pelo IEF, da quantidade homologada e do saldo de produto ou subproduto florestal da DCC correspondente não entregue ao estabelecimento destinatário;

VII – no campo 7: informação sobre os RCC com a discriminação individualizada do produto ou subproduto florestal e indicação da inscrição do fornecedor no CNPJ ou no CPF, do número do RCC respectivo, da data de seu deferimento pelo IEF, da quantidade deferida e do saldo de produto ou subproduto florestal da RCC correspondente não entregue ao estabelecimento destinatário;

VIII – no campo 8: indicação da data da "Declaração de Estoque dos Produtos e Subprodutos Florestais", bem como da informação sobre o saldo total de produto ou subproduto florestal não entregue pelos fornecedores;